

Análise do Programa de Alimentação Escolar na pandemia: estratégias empregadas para a oferta de alimentos

Analysis of the School Meal Program during the pandemic: strategies used to offer food

Análisis del Programa de Alimentación Escolar durante la pandemia: estrategias utilizadas para ofrecer alimentos

Débora Reis dos Santos Lima¹
Denise Oliveira e Silva²
Danielle Cabrini³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante o fechamento das escolas em decorrência da pandemia de COVID-19, para garantir o direito à alimentação escolar dos alunos, priorizando os princípios da universalidade e da equidade da oferta de alimentos, bem como a continuidade das aquisições advindas da agricultura familiar. Para a elaboração da revisão integrativa, foram selecionados onze artigos nas bases de dados da BVS, SciELO e Google Scholar, empregando as palavras-chave “alimentação escolar”, “política pública”, “segurança alimentar” e “COVID-19”. Pela análise dos estudos, ficou perceptível a ausência da sociedade civil organizada na defesa das políticas públicas de SAN, especialmente no apoio ao PNAE, bem como a dificuldade do Estado em exercer seu papel no combate à fome e à redução da miséria no país e no fortalecimento das políticas sociais. Tal cenário pode ser atribuído ao dismantelo da governança das políticas de SAN, marcado pela extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) no início de 2019.

Palavras-chave: Alimentação escolar; Política Pública; Segurança Alimentar; COVID-19.

ABSTRACT

This article aims to analyze the execution of the National School Meal Program (PNAE) during the closure of schools as a result of the COVID-19 pandemic, to guarantee students' right to school meals, prioritizing the principles of universality

¹ S Mestre em Políticas Públicas em Saúde da Escola de Governo da Fiocruz. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Brasília, Distrito Federal. Brasil. santeislima01@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7085-3744>

² Doutora em Ciências da Saúde. Pesquisadora em Saúde Pública do Programa de Alimentação, Nutrição e Cultura da Gerência Regional de Brasília da Fundação Oswaldo Cruz. E-mail: denise.silva@fiocruz.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6656-7347>

³ Doutora em Saúde Coletiva/Saúde da Criança e da Mulher. Universidade Federal do Espírito Santo Centro de Ciências da Saúde. Espírito Santo. Brasil. E-mail: danielle.cabrini@ufes.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4653-9672>

and equity of food supply, as well as the continuity of purchases from family farming. To prepare the integrative review, eleven articles were selected from the BVS, SciELO and Google Scholar databases, using the keywords “school food”, “public policy”, “food security” and “COVID-19”. From the analysis of the studies, it was noticeable the absence of organized civil society in the defense of SAN public policies, especially in support of the PNAE, as well as the difficulty of the State in exercising its role in combating hunger and reducing poverty in the country, and in strengthening social policies. This scenario can be attributed to the dismantling of the governance of SAN policies, marked by the extinction of the National Food Security Council (CONSEA) in early 2019.

Keywords: School feeding; Public Policy; Food Safety; COVID-19.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la ejecución del Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) durante el cierre de escuelas como consecuencia de la pandemia COVID-19, para garantizar el derecho de los estudiantes a la alimentación escolar, priorizando los principios de universalidad y equidad de la oferta alimentaria, así como la continuidad de las compras a la agricultura familiar. Para elaborar la revisión integradora, se seleccionaron once artículos de las bases de datos de la BVS, SciELO y Google Scholar, utilizando las palabras clave “alimentación escolar”, “políticas públicas”, “seguridad alimentaria” y “COVID-19”. Del análisis de los estudios se desprende la ausencia de la sociedad civil organizada en la defensa de las políticas públicas de la SAN, especialmente en apoyo al PNAE, así como la dificultad del Estado en ejercer su papel de combate al hambre y reducción de la pobreza en el país y en el fortalecimiento de las políticas sociales. Este escenario puede atribuirse al desmantelamiento de la gobernanza de las políticas SAN, marcado por la extinción del Consejo Nacional de Seguridad Alimentaria (CONSEA) a principios de 2019.

Palabras clave: Alimentación escolar; Política Pública; Seguridad Alimentaria; COVID-19.

INTRODUÇÃO

No início de 2020, o mundo enfrentou uma das maiores pandemias do século XXI, causada pela síndrome respiratória aguda grave coronavírus 2 (SARS-CoV-2). Originado na cidade de Wuhan, na China Central, em dezembro de 2019, o vírus se dissipou de modo descomunal nos seis continentes ^(1,2). O impacto sócio sanitário desencadeado pelo SARS-Cov-2 tem sido comparado ao da gripe espanhola, de 1918-1920 ^(3,4). Frisa-se que, desde a identificação inicial do vírus até 1º de janeiro de 2023, mais de 656 milhões de pessoas no mundo foram contaminadas pela

doença do coronavírus 2019 (COVID-19) e mais de 6,6 milhões foram a óbito, conforme os dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) ⁽⁵⁾.

Para conter a propagação e a forma mais agressiva da COVID-19, a OMS publicou informativos de prevenção e indicou três ações interventivas emergenciais: 1ª) isolamento e tratamento dos casos identificados, 2ª) testes massivos e 3ª) distanciamento social ⁽⁶⁻⁸⁾.

No Brasil, logo no início da pandemia, o Ministério da Educação (MEC), pela Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, autorizou a substituição das aulas presenciais por meios digitais, enquanto durasse a situação de pandemia da COVID-19. Os estados e municípios, considerando as recomendações da OMS e do MEC, publicaram decretos e atos normativos para o enfrentamento da pandemia e, dentre as medidas, constava a suspensão presencial das atividades escolares ⁽⁹⁾. As unidades escolares, por atenderem um número significativo de indivíduos fizeram parte da relação dos primeiros estabelecimentos fechados no início da pandemia ⁽¹⁰⁾.

A suspensão das aulas presenciais e o fechamento das escolas, como intervenção não farmacêutica, tiveram como argumento as evidências científicas internacionais referentes à transmissão do vírus *influenza* dentro do ambiente escolar, como os estudos de modelagem ⁽¹¹⁻¹³⁾, estudos epidemiológicos ⁽¹⁴⁻¹⁸⁾, pesquisas direcionadas aos aspectos econômicos, sociais e éticos ⁽¹⁹⁻²³⁾ e de saúde pública ⁽²⁴⁾. O ambiente escolar foi um dos setores que mais sofreu com as medidas impostas para conter a disseminação do SARS-Cov-2 ⁽²⁵⁾.

Diante da importância da alimentação escolar, como um direito constitucional assegurado a todos os estudantes matriculados na rede pública de educação básica, é dever do Estado garanti-la ⁽²⁶⁾. Em 7 de abril de 2020, foi sancionada a Lei nº 13.987/2020, que modificou a Lei nº 11.947 de 2009, instrumento de regulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), autorizando, de forma excepcional, durante a suspensão das aulas devido à situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição dos alimentos adquiridos com recursos do PNAE aos pais ou responsáveis dos escolares matriculados nas escolas públicas ⁽²⁷⁾. Para complementar a Lei nº 13.987/2020, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da

Educação (FNDE) publicou a Resolução nº 02/2020, em 9 de abril, que dispunha sobre a compra, composição e distribuição dos *kits* de alimentos ⁽²⁸⁾.

Diversos estudos foram publicados sobre os impactos da pandemia a nível global, incluindo o relatório conjunto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Banco Mundial, intitulado "Estado da crise educacional global: um caminho para a recuperação", publicado no final de 2021. Este relatório destacou que a pandemia de COVID-19 paralisou os sistemas educacionais em todo o mundo, afetando mais de 1,6 bilhões de estudantes e expondo a situação crítica das desigualdades de acesso e oportunidade à educação. Além disso, a publicação apontou que os 21 meses de fechamento das escolas e a ineficácia do ensino remoto poderiam custar à geração atual de estudantes cerca de US\$ 17 trilhões de rendimento futuros (em valor presente), o que representa uma perda equivalente a 14% do atual PIB global ⁽²⁹⁾.

Outros estudos também destacaram as sequelas no setor educacional e a necessidade de medidas urgentes para mitigar a crise, como a pesquisa feita pelo UNICEF em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação e Ações Comunitárias (CENPEC), sobre o "Cenário da Exclusão Escolar no Brasil – um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na Educação". O estudo mostrou que as crianças na faixa etária de 6 a 10 anos foram as mais afetadas pela exclusão escolar na pandemia, principalmente as que já se encontravam em situação de vulnerabilidade. E que a prevalência dessa exclusão foi mais significativa (69,3%) em crianças e adolescentes pretos, pardos e indígenas ⁽³⁰⁾.

A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN) e colaboradores, com a aplicação do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (I VIGISAN), constataram que 116,8 milhões de brasileiros nos últimos três meses de 2020 se encontravam em algum grau de insegurança alimentar e, desses, 19 milhões enfrentavam a fome ⁽³¹⁾. Esse cenário se agravou em 2021 e início de 2022, segundo os dados do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto

da Pandemia (II VIGISAN), onde 125,2 milhões de brasileiros estavam em algum grau de insegurança alimentar e, desses, 33 milhões em situação de fome ⁽³²⁾.

A pesquisa sobre os “Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil”, coordenada pelos pesquisadores do Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia (*Food for Justice: Power, Politics and Food Inequalities in a Bioeconomy*), com sede no Instituto de Estudos Latino-Americanos da Freie Universität Berlin, indicou um quadro elevado de insegurança alimentar e uma redução significativa no consumo de alimentos saudáveis durante a pandemia da COVID-19. O estudo foi executado nos meses de novembro e dezembro de 2020, com 2 mil pessoas, e os dados indicaram que 59% dos domicílios entrevistados estavam em situação de insegurança alimentar durante a pandemia e, desses, 44% reduziram o consumo de carnes e 41% o consumo de frutas. A insegurança alimentar mais grave estava presente em domicílios mais pobres (71,4% com renda per capita de até R\$ 500,00), chefiados por mulheres (73,8%), por pessoas pardas ou pretas (66,8%) ^(67,8) e com crianças de até 4 anos (70,6%) ⁽³³⁾.

A UNICEF e o Ibope Inteligência, na segunda fase do estudo “Impactos Primários e Secundários da Covid-19 em Crianças e Adolescentes”, executado em julho de 2020, com 1516 entrevistados, identificaram que 8% (cerca de 5,5 milhões de brasileiros) dos residentes com crianças ou adolescentes, de 0 a 17 anos, desde o início da pandemia (março de 2020), deixaram de comer porque não havia dinheiro para comprar mais comida. E menos da metade dos entrevistados que moravam com crianças e adolescentes (45%), na faixa etária de 4 a 17 anos, alunos de escolas públicas receberam alimentação escolar durante o fechamento das unidades de ensino, em decorrência dos protocolos de combate ao COVID-19 ⁽³⁴⁾.

Neste contexto, de fechamento das escolas e das dificuldades em acessar as aulas *on-line*, também existia o desafio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em atender, fora do ambiente escolar, todos os estudantes matriculados regularmente, ou seja, cerca de 40 milhões de estudantes, em aproximadamente 5.570 municípios brasileiros ⁽³⁵⁾. Logo, o presente estudo tem como objetivo analisar a execução do Programa Nacional de Alimentação durante o

fechamento das escolas em decorrência da pandemia por COVID-19, para garantir o direito à alimentação escolar dos alunos, priorizando os princípios da universalidade e equidade da oferta de alimentos, bem como a continuidade das aquisições advindas da agricultura familiar.

Além de buscar identificar as estratégias empregadas para o aperfeiçoamento do programa em cenários de crise. Reconhecendo o papel do Estado, não somente no controle da disseminação do SARS-CoV-2, mas também de atenuar os impactos econômicos, sociais e sanitários causados pela pandemia a médio e longo prazo.

Metodologia

Trata-se de uma revisão integrativa que se utilizou de fontes secundárias, para analisar a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, diante da interrupção das aulas presenciais devido à pandemia de COVID-19.

A pesquisa foi conduzida nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Google Scholar (ou acadêmico) e Scientific Eletronic Library Online (SciELO), de agosto de 2022 a dezembro de 2022, empregando as palavras-chave “alimentação escolar”, “política pública”, “segurança alimentar” e “COVID-19”.

Os critérios de inclusão delineados para a seleção dos estudos englobaram: artigos científicos em língua portuguesa e inglesa, publicados no período de março de 2020 a dezembro de 2022, com conteúdo na íntegra e que abordassem a alimentação escolar durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. A seleção inicial dos estudos foi baseada em títulos e resumos, em seguida de leitura detalhada, resultando na escolha de 112 trabalhos científicos.

De início, foram descartados 78 documentos que não correspondiam aos critérios estabelecidos, como publicações fora do intervalo de tempo especificado, com referências duplicadas e foco em diretrizes pandêmicas. Para os dados ausentes, foram executadas consultas adicionais na Internet, usando o buscador mais popular. Após essa etapa, mais 23 pesquisas foram excluídas por não oferecerem contribuições substanciais ao estudo.

Os dados coletados foram sistematizados e analisados em planilhas do Microsoft Excel® e do Microsoft Word®, versão 2019, para uma organização e análise eficientes.

Resultados

A amostra final da revisão foi composta por onze (11) estudos, analisados minuciosamente, conforme Tabela 1. Entre as pesquisas escolhidas, 05 foram encontradas nas bases de dados da BVS, da SciELO e do Google Scholar, enquanto 06 foram identificadas exclusivamente no Google Scholar.

Quanto às abordagens metodológicas adotadas nos estudos, verificou-se a presença de: 02 revisões de literatura, 01 diagnóstico, 01 ensaio, 01 debate crítico, 03 estudos transversais, 01 plano de ação, 01 análise descritiva e 01 relato de experiência.

Nas buscas por pesquisas científicas, houve a priorização de artigos com o maior número de citações, de acordo com os registros do Google Scholar até março de 2023 (Tabela 2).

Tabela 1. Síntese das pesquisas sobre a execução do Programa de Alimentação Escolar na pandemia de COVID-19, publicadas entre 2020 e 2022.

| Origem | Autor/ Ano | Título original | Objetivo (s) | Metodologia |
|---|--------------------------------------|---|--|---|
| 1 BVS SciELO Google Scholar | Amorim, <i>et al.</i> (2020) (37) | Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. | Analisar a contribuição do PNAE para o enfrentamento da fome e da IA; Propor um conjunto de estratégias para que o PNAE possa garantir a alimentação dos escolares no momento de crise. | Diagnóstico da insegurança alimentar e da fome no Brasil, bem como uma análise do processo de enfraquecimento das políticas de SAN. |
| 2 BVS SciELO Google Scholar | Côrrea, <i>et al.</i> (2020) (38) | School feeding in Covid-19 times: mapping of public policy execution strategies by state administration. | Identificar e discutir estratégias de execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar adotadas pelas | Pesquisa transversal descritiva. |

| | | | | | |
|---|------------------------------------|---|--|---|---|
| | | | | gestões estaduais durante a pandemia de coronavírus 2019. | |
| 3 | BVS SciELO Google Scholar | Alpino, <i>et al.</i> (2020) (39) | COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. | Analisar as primeiras ações, em âmbito federal, do governo brasileiro para a mitigação dos efeitos da pandemia que podem repercutir na segurança alimentar e nutricional, considerando as recentes mudanças institucionais das políticas e programas. | Revisão narrativa da literatura. |
| 4 | BVS SciELO Google Scholar | Ribeiro-Silva <i>et al.</i> (2020) (40) | Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. | Contribuir para o debate sobre as medidas a serem adotadas pelos governos e sociedade para promover e garantir a SAN e impedir que a insegurança e a expansão da fome avancem durante e após a crise social e sanitária gerada pela pandemia. | Ensaio. |
| 5 | Google Scholar | Bicalho e Lima (2020) (41) | O Programa Nacional de Alimentação Escolar como garantia do direito à alimentação no período da pandemia da COVID-19. | Problematizar, por meio de reflexões teóricas e críticas, a contribuição do PNAE na garantia da segurança alimentar e nutricional dos estudantes brasileiros no período da pandemia da COVID-19. | Debate crítico sobre o direito, ressaltando a análise da alimentação escolar como um potencial de manutenção da segurança alimentar de milhares de estudantes usuários do programa. |

| | | | | | |
|---|----------------|---|---|--|--|
| 6 | Google Scholar | Oltramari, <i>et al.</i> (2020) (42) | Estratégias de Enfrentamento da Pandemia Covid-19 na Alimentação Escolar do Município de Curitiba – PR. | Descrever as estratégias utilizadas para o fornecimento da alimentação escolar no município de Curitiba, Paraná, Brasil, no contexto do enfrentamento da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus no ano de 2020. | Plano de ação para a entrega de <i>kits</i> alimentação. |
| 7 | Google Scholar | Pereira, <i>et al.</i> (2020) (43) | Desafios na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar durante a pandemia pela COVID-19. | Discutir os desafios para execução do PNAE durante a pandemia pela Covid-19. | Análise descritiva com base em fontes documentais e bibliográficas. |
| 8 | Google Scholar | Gurgel, <i>et al.</i> (2020) (44) | Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de COVID-19 no Brasil. | Identificar as estratégias governamentais implementadas no Brasil para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAAS) frente à pandemia de Covid-19, com foco nas medidas que possam contribuir diretamente para a garantia da disponibilidade e do acesso físico ou financeiro aos alimentos, em especial às populações mais vulneráveis. | Estudo transversal, exploratório e descritivo, a partir da análise documental. |
| 9 | Google Scholar | de Oliveira Silva <i>et. al</i> (2021) (45) | Alimentação escolar em tempos de COVID-19: o papel do centro colaborador em alimentação e nutrição no estado do Rio Grande do Norte. | Relatar como o CECANE da UFRN tem colaborado com as entidades executoras na distribuição de gêneros alimentícios na forma de <i>kits</i> durante a pandemia no estado do Rio Grande do Norte. | Relato de experiência, baseado nos resultados e relatórios do CECANE/UFRN. |

| | | | | | |
|----|----------------|-----------------------------------|--|--|--|
| 10 | Google Scholar | Sperandio e Morais (2021) (46) | Alimentação escolar no contexto de pandemia: a ressignificação e o protagonismo do Programa Nacional de Alimentação Escolar. | Apresentar e discutir o processo de ressignificação e os desafios enfrentados pelo PNAE no contexto da pandemia de COVID-19. | Revisão bibliográfica e documental. |
| 11 | Google Scholar | Tavares <i>et al.</i> (2022) (47) | PNAE e ações no Estado do Rio de Janeiro durante a pandemia. | Reconhecer as estratégias de execução do PNAE no Rio de Janeiro (RJ), seus limites e contribuições à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional dos estudantes fluminenses e, analisar as normativas relacionadas à gestão do programa na pandemia. | Estudo transversal e descritivo, sendo aplicado questionário <i>online</i> destinado às entidades executoras (EEx.) do PNAE no estado do RJ. |

Fonte: Elaboração própria (2023).

Tabela 2. Pesquisas sobre o Programa de Alimentação Escolar na pandemia de COVID-19, com maior número de citações, em ordem decrescente, publicadas entre 2020 e 2022:

| | Número de Citações | Autor / Ano | Título original |
|---|--------------------|---|---|
| 1 | 162 | Ribeiro-Silva <i>et al.</i> (2020) (40) | Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. |
| 2 | 81 | Alpino <i>et al.</i> (2020) (39) | COVID-19 e (in) segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. |
| 3 | 78 | Amorim, <i>et al.</i> (2020) (37) | Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. |
| 4 | 33 | Gurgel <i>et al.</i> (2020) (44) | Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no |

enfrentamento à pandemia de COVID-19 no Brasil.

| | | | |
|----|----|---|--|
| 5 | 30 | Bicalho e Lima (2020) (41) | O Programa Nacional de Alimentação Escolar como garantia do direito à alimentação no período da pandemia da COVID19. |
| 6 | 18 | Pereira <i>et al.</i> (2020) (43) | Desafios na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar durante a pandemia pela COVID-19. |
| 7 | 10 | Sperandio e Morais (2021) (46) | Alimentação escolar no contexto de pandemia: a ressignificação e o protagonismo do Programa Nacional de Alimentação Escolar. |
| 8 | 6 | Oltramari <i>et al.</i> (2020) (42) | Estratégias de Enfrentamento da Pandemia Covid-19 na Alimentação Escolar do Município de Curitiba – PR. |
| 9 | 4 | de Oliveira Silva <i>et. al</i> (2021) (45) | Alimentação escolar em tempos de COVID-19: o papel do centro colaborador em alimentação e nutrição no estado do Rio Grande do Norte. |
| 10 | 2 | Côrrea <i>et al.</i> (2020) (38) | School feeding in Covid-19 times: mapping of public policy execution strategies by state administration. |
| 11 | - | Tavares <i>et.al</i> (2022) (47) | PNAE e ações no Estado do Rio de Janeiro durante a pandemia. |

Fonte: Elaboração própria (2023).

Nota: Base de dados do Google Scholar em março de 2023.

Discussão

Evidencia-se que a pandemia por SARS-CoV-2 agravou a crise econômica no país e, como consequência, houve uma alta nos índices de desempregos e de pobreza, além do agravamento das desigualdades sociais, raciais e de gênero ⁽³⁹⁾. Da mesma forma, propiciou quadros de vulnerabilidade social, insegurança alimentar e fome em muitas residências de estudantes da rede pública de ensino (41,42).

A suspensão das aulas presenciais como medida de combate à COVID-19 resultou, inicialmente, na interrupção do Programa Nacional de Alimentação Escolar,

agravando a crise existente (39). Foi observado que os estados e municípios fecharam suas escolas a partir de datas variadas, sendo que, no Distrito Federal, isso ocorreu em 11 de março e, em outros locais, a partir de 23 de março de 2020. No entanto, somente em 7 de abril de 2020, com a publicação da Lei nº 13.987/2020, o FNDE emitiu orientações para as entidades executoras (EEx.) autorizarem excepcionalmente a distribuição dos alimentos adquiridos com os recursos do PNAE (27). Além disso, a Resolução CD/FNDE nº 02, publicada em 9 de abril de 2020, estabeleceu diretrizes claras, como o uso exclusivo dos recursos do PNAE e a distribuição de *kits* de alimentos aos estudantes da educação básica, adquiridos por meio de licitação ou chamada pública da agricultura familiar (28).

Nessa conjuntura, surgiram duas preocupações concernentes à operacionalização do PNAE. A primeira diz respeito à diretriz da universalidade, uma vez que a Resolução nº 02/2020 conferiu às EEx autonomia nas decisões sobre compras, composição e distribuição dos alimentos, bem como nos procedimentos da chamada pública da agricultura familiar. Essa autonomia proporcionou a alguns entes federativos restringir a alimentação escolar apenas aos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família. A segunda preocupação refere-se à manutenção das compras dos gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e à qualidade dos alimentos fornecidos aos estudantes (37).

Segundo Sperandio e Morais (46), fornecer alimentos ou benefícios financeiros exclusivamente aos grupos mais vulneráveis da população vai contra os princípios de universalidade e do direito à alimentação, estabelecidos pelo PNAE e pela Constituição Federal de 1988. Essa abordagem também perpetua a característica assistencialista do programa, que foi modificada após sua transformação em política pública. Logo, as entidades responsáveis pela execução do programa têm a obrigação de seguir as diretrizes de universalidade, equidade e garantia do direito à alimentação escolar, por ser um dever do Estado.

O PNAE, como resultado das lutas sociais pelo direito à alimentação adequada, é uma política que não apenas contribui para a dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), mas também auxilia no desenvolvimento, aprendizagem, rendimento escolar, formação de hábitos alimentares saudáveis e

fomento da agricultura familiar. Por isso, é de suma importância a participação da sociedade civil organizada na defesa das políticas públicas de SAN, assim como o papel do Estado como protagonista no combate à fome e à redução da miséria no país ⁽⁴¹⁾.

A pandemia de COVID-19 trouxe desafios que demandam ações conjuntas e diálogo entre todos os envolvidos no PNAE. Estudos destacam a necessidade de medidas sistematizadas em níveis global, nacional e local para prevenir uma iminente crise humanitária e alimentar. É crucial enfatizar a importância de iniciativas de proteção social que garantam o acesso a uma alimentação saudável, a dignidade humana e o apoio à produção local. No estudo, pesquisadores ressaltam que, durante a suspensão das aulas presenciais, o direito dos estudantes à alimentação escolar foi comprometido devido à negligência e lentidão dos órgãos governamentais diante da crise pandêmica ⁽⁴³⁻⁴⁵⁾.

O fechamento das escolas expôs a fragilidade do PNAE na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A demora do governo federal em tomar medidas adequadas e as lacunas nas normativas expedidas resultou em mudanças nas estratégias traçadas, muitas das quais feriram o princípio da universalidade ^(37, 38).

Durante a suspensão das aulas presenciais, a compra de alimentos provenientes da agricultura familiar, prevista na Lei nº 11.987/2009 e na Resolução nº 06/2020, não foi cumprida pela maioria dos Municípios e Estados. As EEx alegaram produção insuficiente, dificuldades na distribuição e logística, além de problemas relacionados à documentação e ao cumprimento dos critérios da chamada pública. No entanto, a ausência de alimentos *in natura* e minimamente processados levou à composição dos *kits* com alimentos processados e ultraprocessados, em desacordo com as normas do PNAE e as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira de 2014 ⁽³⁸⁾.

Outra preocupação foi a transferência da responsabilidade pelas compras de alimentos para as famílias dos estudantes. Algumas EEx optaram por transferir os recursos financeiros, destinados à alimentação escolar, diretamente às famílias, criando mais um desafio em relação à garantia da alimentação recebida pelos

estudantes ⁽⁴¹⁾. Diante dessa problemática, Bicalho e Lima ⁽⁴¹⁾ sugerem a implementação de um modelo de monitoramento dos benefícios financeiros recebidos pelos estudantes durante a pandemia de COVID-19, por meio de um *checklist* realizado pelo agente comunitário de saúde da família, utilizando o orçamento destinado à telessaúde.

Os pesquisadores propuseram soluções para enfrentar outras dificuldades, como a suspensão do transporte público e a aglomeração de pessoas durante a entrega dos *kits*. Para lidar com a suspensão do transporte público, sugeriu-se a opção de entrega dos *kits* de alimentos diretamente nas residências dos beneficiários. Essa medida visa garantir que as pessoas tenham acesso aos alimentos necessários, mesmo quando o transporte público não está disponível. Foi também sugestionado o agendamento prévio das entregas dos *kits* como medidas para evitar aglomerações. Isso implica estabelecer datas e horários específicos para cada entrega, garantindo uma distribuição organizada e reduzindo a concentração de pessoas em um único local ⁽⁴⁷⁾.

Os estudos também abordaram os desmontes das políticas de proteção social a partir de 2016, como a redução de recursos e cobertura de programas como o Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, os incentivos à agricultura familiar, o Programa Água para Todos, bem como a extinção do MDA e do CONSEA. Essas medidas tiveram impactos significativos na população brasileira, que se tornaram ainda mais visíveis durante a pandemia ⁽³⁷⁻⁴¹⁾.

Após a suspensão das aulas presenciais, várias instituições atuantes na área de Segurança Alimentar e Nutricional destacaram a importância do PNAE na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Contudo, as EEx enfrentaram incertezas jurídicas quanto ao uso dos recursos financeiros destinados ao programa, devido às circunstâncias sem precedentes no país e às lacunas existentes na legislação em vigor ⁽⁴³⁾.

Em sua análise, Alpino *et al.* ⁽³⁹⁾ ressaltaram a necessidade de se "pensar, discutir e formular políticas públicas nacionais baseadas na economia e na proteção social", fundamentadas nas diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e no enfoque da garantia do DHAA. Já Amorim *et al.* ⁽³⁷⁾

propuseram algumas medidas e instrumentos essenciais para fortalecer a equidade e o direito à alimentação escolar durante o período de suspensão e no retorno das aulas presenciais, tais como: fornecimento de *kits* de alimentos e/ou refeições; auxílio emergencial aos municípios com baixo e muito baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); manutenção e estímulo à aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar durante o período de aulas *online*. Para o retorno às aulas presenciais, as pesquisadoras sugeriram que fossem executadas estratégias de levantamento da insegurança alimentar entre os alunos, ampliação do valor *per capita* repassado, atendimento dos escolares durante as férias e recesso escolar e a manutenção da equidade na alimentação escolar. Ribeiro-Silva *et al.* ⁽⁴⁰⁾ também sugerem a implementação de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) junto às famílias, por intermédio de programas educacionais veiculados na televisão, internet ou rádio, com o objetivo de promover o aleitamento materno exclusivo até os 6 meses de idade.

Destaca-se que duas pesquisas apresentaram experiências positivas na atuação do PNAE durante o período de fechamento das escolas. A primeira experiência ocorreu na prefeitura de Curitiba (PR), por meio de ações conjuntas entre a Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN) e a Secretaria Municipal de Educação (SME), com acompanhamento do CAE. As estratégias adotadas contemplaram todas as diretrizes do PNAE, distribuindo alimentos predominantemente *in natura* e minimamente processados, valorizando a cultura e os hábitos alimentares regionais (42). A outra experiência foi identificada no Rio Grande do Norte, com apoio do CECANE/UFRN, que ofereceu orientações para a montagem e distribuição dos *kits* de alimentação escolar, além de auxiliar na superação de problemas relacionados à operacionalização do PNAE ⁽⁴⁵⁾.

As pesquisas analisadas indicam a necessidade de fortalecer a implementação das diretrizes do PNAE, especialmente em relação à universalidade, equidade e estímulo à agricultura familiar, como estratégias-chave para lidar com situações de emergência e calamidade pública, como ocorreu durante a pandemia de COVID-19 ^(37-39, 41, 46).

É essencial abordar e resolver essas questões, garantindo a qualidade e adequação da alimentação escolar, mesmo durante períodos de interrupção das aulas presenciais. A participação ativa da sociedade civil e a atuação do Estado são de extrema importância para superar esses desafios e garantir o direito à alimentação adequada de todos os estudantes.

Considerações finais

Diante da crise emergencial de saúde pública causada pela pandemia de COVID-19, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) precisou adaptar-se para garantir a alimentação dos estudantes durante a suspensão das aulas presenciais. Diversas ações foram implementadas para manter o programa em funcionamento, como a distribuição de *kits* de alimentos escolares, a entrega de cestas básicas e a transferência direta de recursos financeiros para as famílias dos estudantes.

No entanto, ficou evidente a falta de uma sociedade civil organizada na defesa das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nos primeiros meses de isolamento social, especialmente no apoio ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Tal cenário pode ser atribuído ao desmantelo da governança das políticas de SAN, marcado pela extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) no início de 2019, no governo de Jair Bolsonaro. Além disso, foi perceptível a ausência do Estado em assumir seu papel crucial no combate à fome e na redução da miséria, promovendo e fortalecendo as políticas sociais.

Assim, torna-se imprescindível a implementação e manutenção de políticas públicas que promovam e aprimorem a alimentação escolar em todo o país, com a participação ativa da sociedade no controle e na reivindicação de direitos.

Portanto, novos estudos sobre o tema são importantes para elucidar as responsabilidades dos vários atores sociais envolvidos no PNAE durante o estado de calamidade pública, uma vez que esta pesquisa tem suas limitações. É sabido que a pandemia de COVID-19 causou impactos significativos em diversos setores, como economia, saúde e mercado de trabalho. Dessa forma, são necessárias

pesquisas adicionais nestes campos, além da educação e da alimentação escolar, para possibilitar análises comparativas e interdisciplinares mais abrangentes.

REFERÊNCIAS

1. Chen Q, Allot A, Lu Z. LitCovid: an open database of COVID-19 literature. *Nucleic Acids Res* [Internet]. 8 de Janeiro de 2021 [citado 10 de Abril de 2022];49(D1):D1534–40. Disponível em: doi: 10.1093/nar/gkaa952
2. Araf Y, Faruqui NA, Anwar S, Hosen MJ. SARS-CoV-2: a new dimension to our understanding of coronaviruses. *Int Microbiol* [Internet]. 24 de Janeiro de 2021 [citado 6 de Setembro de 2021];24(1):19–24. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10123-020-00152-y>
3. Tostes A, Filho Melo H. Quarentena: Reflexões sobre a pandemia e depois. Praxis PE, editor. Bauru, SP; 2020.
4. Béné C, Bakker D, Chavarro MJ, Even B, Melo J, Sonneveld A. Global assessment of the impacts of COVID-19 on food security. *Glob Food Sec* [Internet]. 1 de Dezembro de 2021 [citado 5 de Março de 2022];31:100575. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2021.100575>
5. WHO. Coronavirus disease (COVID-19). Geneva: World Health Organization; [Internet]. World Health Organization. 2020 [citado 28 de Junho de 2021]. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>
6. WHO. WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020 [Internet]. WHO Director General's speeches. 2020 [citado 16 de Outubro de 2022]. p. 4. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>
7. WHO. COVID-19 Public Health Emergency of International Concern (PHEIC). Global research and innovation forum: towards a research roadmap. [Internet]. World Health Organization. 2020 [citado 4 de Julho de 2021]. Disponível em: [https://www.who.int/publications/m/item/covid-19-public-health-emergency-of-international-concern-\(pheic\)-global-research-and-innovation-forum](https://www.who.int/publications/m/item/covid-19-public-health-emergency-of-international-concern-(pheic)-global-research-and-innovation-forum)
8. WHO. Conselhos Sobre a Doença Coronavírus (COVID-19) para o Público [Internet]. World Health Organization. 2020 [citado 9 de Novembro de 2022]. Disponível em: <https://www.who.int/pt/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public>
9. Brasil. Parecer CNE/CP no 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. [Internet]. Diário Oficial da União, de 1o.06.2020, Seção 1, Pág. 32. 2020. Disponível em:

- http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192
10. Krishnaratne S, Pfadenhauer LM, Coenen M, Geffert K, Jung-Sievers C, Klinger C, et al. Measures implemented in the school setting to contain the COVID-19 pandemic: a rapid scoping review. *Cochrane Database Syst Rev* [Internet]. 17 de Dezembro de 2020;2020(12):1–60. Disponível em: <http://doi.wiley.com/10.1002/14651858.CD013812>
 11. Glass RJ, Glass LM, Beyeler WE, Min HJ. Targeted Social Distancing Designs for Pandemic Influenza. *Emerg Infect Dis* [Internet]. 2006 [citado 21 de Novembro de 2022];12(11):1671. Disponível em: </pmc/articles/PMC3372334/>
 12. Ferguson NM, Cummings DATT, Fraser C, Cajka JC, Cooley PC, Burke DS. Strategies for mitigating an influenza pandemic. 26 de Abril de 2006 [citado 21 de Novembro de 2022];442. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/nature04795>
 13. Geweke J. Evaluating the Accuracy of Sampling-Based Approaches to the Calculation of Posterior Moments. *Bayesian Stat* [Internet]. 1992 [citado 21 de Novembro de 2022];4. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/fip/fedmsr/148.html>
 14. WHO. Nonpharmaceutical Interventions for Pandemic Influenza, National and Community Measures. *Emerg Infect Dis* [Internet]. 2006 [citado 21 de Novembro de 2022];12(1):94. Disponível em: </pmc/articles/PMC3291415/>
 15. Cauchemez S, Valleron AJ, Boëlle PY, Flahault A, Ferguson NM. Estimating the impact of school closure on influenza transmission from Sentinel data. *Nat* 2008 4527188 [Internet]. 10 de Abril de 2008 [citado 21 de Novembro de 2022];452(7188):750–4. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/nature06732>
 16. Heymann A, Chodick G, Reichman B, Kokia E, Laufer J. Influence of School closure on the incidence of viral respiratory diseases among children and on health care utilization. *Pediatr Infect Dis J* [Internet]. Julho de 2004 [citado 21 de Novembro de 2022];23(7):675–7. Disponível em: https://journals.lww.com/pidj/Fulltext/2004/07000/INFLUENCE_OF_SCHOOL_CLOSURE_ON_THE_INCIDENCE_OF.17.aspx
 17. Markel H, Lipman HB, Navarro JA, Sloan A, Michalsen JR, Stern AM, et al. Nonpharmaceutical interventions implemented by US cities during the 1918-1919 influenza pandemic. *JAMA* [Internet]. 8 de Agosto de 2007 [citado 21 de Novembro de 2022];298(6):644–54. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jama/fullarticle/208354>
 18. Hatchett RJ, Mecher CE, Lipsitch M. Public health interventions and epidemic intensity during the 1918 influenza pandemic. *Proc Natl Acad Sci U S A* [Internet]. 1 de Maio de 2007 [citado 21 de Novembro de 2022];104(18):7582–7. Disponível em: <https://www.pnas.org/doi/pdf/10.1073/pnas.0610941104>
 19. Inglesby T V., Nuzzo JB, O'Toole T, Henderson DA. Disease Mitigation Measures in the Control of

- Pandemic Influenza. Biosecurity Bioterrorism Biodefense Strateg Pract Sci [Internet]. Dezembro de 2006 [citado 21 de Novembro de 2022];4(4):366–75. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/17238820/>
20. Blendon RJ, Koonin LM, Benson JM, Cetron MS, Pollard WE, Mitchell EW, et al. Public Response to Community Mitigation Measures for Pandemic Influenza. Emerg Infect Dis [Internet]. 2008 [citado 21 de Novembro de 2022];14(5):778. Disponível em: </pmc/articles/PMC2600239/>
21. Berkman BE. Mitigating pandemic influenza: The ethics of implementing a school closure policy. J Public Heal Manag Pract [Internet]. Julho de 2008 [citado 21 de Novembro de 2022];14(4):372–8. Disponível em: https://journals.lww.com/jphmp/Fulltext/2008/07000/Mitigating_Pandemic_Influenza__The_Ethics_of.11.aspx
22. Sander B, Nizam A, Garrison LP, Postma MJ, Halloran ME, Longini IM. Economic evaluation of influenza pandemic mitigation strategies in the us using a stochastic microsimulation transmission model. Value Health [Internet]. 2009 [citado 21 de Novembro de 2022];12(2):226. Disponível em: </pmc/articles/PMC3710126/>
23. Sadique MZ, Adams EJ, Edmunds WJ. Estimating the costs of school closure for mitigating an influenza pandemic. BMC Public Health [Internet]. 24 de Abril de 2008 [citado 21 de Novembro de 2022];8(1):1–7. Disponível em: <https://bmcpublihealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/1471-2458-8-135>
24. Cauchemez S, Ferguson NM, Wachtel C, Tegnell A, Saour G, Duncan B, et al. Closure of schools during an influenza pandemic. Lancet Infect Dis. Agosto de 2009;9(8):473–81.
25. ÓAÊ. Anuário 2021: O Programa Nacional de Alimentação em tempos de pandemia. Obs da Aliment Esc [Internet]. 2021;1–95. Disponível em: https://alimentacaoescolar.org.br/media/acervo/documentos/Anuário_ÓAÊ_2021.pdf
26. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. [Internet]. Diário Oficial da União 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
27. Brasil. Lei no 13.987, de 7 de abril de 2020 - Altera a Lei no 11.947 de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios [Internet]. Diário Oficial da União, de 07.04.2020 Abr 7, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.987-de-7-de-abril-de-2020-251562793>
28. Brasil. Resolução no 2, de 9 de abril de 2020. Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE durante o período de estado de calamidade pública. [Internet]. Diário Oficial da União - 13.04.2020, seção 1, pág. 27/28. Abr 9, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2-de-9-de-abril-de-2020-252085843>
29. Banco Mundial. Estado da crise educacional global: Um caminho para a recuperação - um relatório

- conjunto da UNESCO, do UNICEF e do Banco Mundial [Internet]. New York, USA; 2021 [citado 21 de Novembro de 2022]. Disponível em: [https://www.unicef.org/media/112461/file/The State of the Global Education.pdf](https://www.unicef.org/media/112461/file/The%20State%20of%20the%20Global%20Education.pdf)
30. UNICEF. Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação [Internet]. Fundo das Nações Unidas para a Infância. 2021 [citado 21 de Novembro de 2022]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>
31. Rede PENSSAN. VIGISAN - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil [Internet]. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. 2021 [citado 29 de Junho de 2021]. p. 1–66. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/pesquisa2020/>
32. Rede PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final [Internet]. Vol. 7, Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. São Paulo, SP; 2022 [citado 16 de Outubro de 2022]. p. 37–72. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>
33. Galindo E, Teixeira MA, De Araújo M, Motta R, Pessoa M, Mendes L, et al. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. Food for Justice Working Paper Series [Internet]. 2021 [citado 17 de Outubro de 2022];1–56. Disponível em: <https://www.lai.fu-berlin.de/food-for-justice>
34. UNICEF. Impactos primários e secundários da Covid-19 em Crianças e Adolescentes - 2a Rodada [Internet]. United Nations International Children's Emergency Fund e Ibope Inteligência. 2020 [citado 2 de Julho de 2021]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/9966/file/impactos-covid-criancas-adolescentes-ibope-unicef-2020.pdf>
35. FNDE. Execução do PNAE durante a pandemia [Internet]. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Rio de Janeiro, RJ; 2021 [citado 22 de Abril de 2022]. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/manuais-e-cartilhas/PNAEmtemposdepande miav20.pdf>
36. Bardin L. Análise de Conteúdo. São Paulo, SP: Edições 70; 2011.
37. Amorim ALB de, Ribeiro Junior JRS, Bandoni DH. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. Rev Adm Pública. 2020;54(4):1134–45.
38. Côrrea EN, Neves J das, Souza LD de, Porrua P, Vasconcelos F de AG de. School feeding in Covid-19 times: mapping of public policy execution strategies by state administration. Rev Nutr [Internet]. 2020 [citado 2 de Janeiro de 2023];33. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/02/1136685/rev-nutr-202033-e200169.pdf>
39. Alpino T de MA, Santos CRB, Barros DC de, Freitas CM de.

- COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. *Cad Saude Publica* [Internet]. 2 de Setembro de 2020 [citado 26 de Dezembro de 2022];36(8):e00161320. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/JfJpwMh9ZDrrsM9QG38VnBm/?format=pdf&lang=pt>
40. Ribeiro-Silva R de C, Pereira M, Campello T, Aragão É, Guimarães JM de M, Ferreira AJF, et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Cien Saude Colet* [Internet]. Setembro de 2020 [citado 16 de Dezembro de 2022];25(9):3421–30. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000903421&tIng=pt
41. Bicalho D, Lima TDM. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como garantia do direito à alimentação no período da pandemia da COVID-19. *DEMETERA Aliment Nutr Saúde*. 2020;15:e52076.
42. Oltramari K, Dos Santos L, Dias Guedes JR, Da Silva AF, Damasceno CSB, Rodrigues LML, et al. Estratégias de enfrentamento da pandemia Covid-19 na alimentação escolar do município de Curitiba – PR. *Rev Context Saúde* [Internet]. 23 de Dezembro de 2020 [citado 26 de Dezembro de 2022];20(41):80–9. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/11391>
43. Pereira A da S, Campos FM, Santos CRB, Lima EC de S, Mocellin MC, Serra GM do A, et al. Desafios na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar durante a pandemia pela COVID-19. *Brazilian Journal Dev* [Internet]. 2020 [citado 2 de Janeiro de 2023];6(8):63268–82. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/15842/13001>
44. Gurgel ADM, Santos CCS dos, Alves KP de S, Araujo JM de, Leal VS. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. *Cien Saude Colet* [Internet]. Dezembro de 2020;25(12):4945–56. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020001204945&tIng=pt
45. Silva RT de O, Rosas CS, Silva JB, Nogueira GKB, Rocha NMF, Neves RAM, et al. Alimentação escolar em tempos de COVID-19: o papel do centro colaborador em alimentação e nutrição no estado do Rio Grande do Norte. *Segurança Aliment e Nutr* [Internet]. 4 de Março de 2021 [citado 9 de Março de 2022];28:e021004. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661897/26326>
46. Sperandio N, Morais D de C. Alimentação escolar no contexto de pandemia: a ressignificação e o protagonismo do Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Segurança Aliment e Nutr* [Internet]. 2021 [citado 26 de Março de 2022];28(e021006):e021006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661396/26328>

47. Tavares A de O, Santos CRB, Maldonado LA, Farias SC, Serra GM do A, Mocellin MC, et al. PNAE e ações no estado do Rio de Janeiro durante a pandemia. Segurança Aliment e Nutr [Internet]. 2022 [citado 14 de Novembro de 2022];29:e022013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8669253/30390>